

## Editorial

A NOVA  
CLASSE

Os servidores públicos vêm tendo melhores reajustes que os trabalhadores da iniciativa privada. Levantamento feito entre dezembro de 2002 a fevereiro de 2009 verificou que o crescimento médio dos salários da iniciativa privada foi de 8,7% em termos reais, já descontada a inflação, para o pessoal com e sem carteira assinada.

Já no setor público, no mesmo período, os reajustes foram superlativos. Tirante os aposentados, o pessoal do Executivo federal teve reajuste médio de 74,2%. O do Judiciário, 79,3%. O menos contemplado foi o pessoal do Legislativo, com 28,3%. Os valores incluem gratificações, adicionais e horas extras.

Em termos absolutos, o quadro mostra uma enorme discrepância entre os trabalhadores do setor público e do privado. Enquanto o pessoal da iniciativa privada tem remuneração média, hoje, de R\$ 1.154, a do servidor federal do Executivo na ativa é de R\$ 6.691, a do Legislativo é de R\$ 12,5 mil e a do Judiciário chega a R\$ 16,8 mil.

A situação é consequência dos reajustes que o pessoal do setor público vem obtendo de sucessivos governos – incluído o de Fernando Henrique Cardoso, que foi acusado de arrochar os salários do funcionalismo. Gozando de estabilidade, podendo fazer greve sem sofrer represálias, esse pessoal está acima das crises e dos riscos do desemprego.

O governo Lula, sob a justificativa de melhorar a qualidade do serviço público, afirma valorizar o funcionalismo público. Até 2011, está prevista uma série de reajustes que vão acentuar ainda mais a diferença com o pessoal da iniciativa privada. Em vista disso, o argumento de que o Estado tem que competir com a iniciativa privada para ter quadros melhores não se sustenta. Cria-se, ao contrário, uma classe de trabalhadores privilegiados – uma burocracia que na verdade detém o controle do Estado e que labora no sentido de satisfazer suas necessidades, não de servir à população.

## SEMPRE EDITORA LTDA

<b>FUNDADOR</b>	Vittorio Medioli
<b>PRESIDENTE</b>	Laura Medioli
<b>VICE-PRESIDENTE</b>	Luiz Alberto de Castro Tito
<b>DIRETOR EXECUTIVO</b>	Teodomiro Braga
<b>DIRETOR FINANCEIRO</b>	Marcos de Oliveira e Souza
<b>GERENTE COMERCIAL</b>	<b>EDITORA GERAL</b>
Rodrigo Simões	Lúcia Castro
<b>GERENTE DE CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS</b>	<b>SECRETÁRIAS DE REDAÇÃO</b>
Ricardo Botelho	Michele Borges da Costa
<b>GERENTE INDUSTRIAL</b>	Regiane Marques Sampaio
Guilherme Reis	<b>ADJUNTA DA SECRETARIA DE REDAÇÃO</b>
<b>GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO</b>	Aline Reskalla
Walmir Prado	<b>CHEFE DE REPORTAGEM</b>
<b>GERENTE DE MARKETING</b>	Ricardo Corrêa
Alessandra Soares	<b>EDITORES</b>
<b>CONSULTOR DE TECNOLOGIA</b>	Primeira Página: Denner Taylor
Marco Guinter	Opinião: Victor de Almeida
	Economia: Karlon Aredes
	Política: Carla Kreefft
	Magazine: Silvana Mascagna
	Fotografia: Leonardo Lara
	Brasil/Mundo: Carla Chein
	Esportes: Rogério Tadeu
	Cidades: Robert Wagner

## O.PINIÃO

Duke

O QUE O COLEGA  
PARLAMENTAR GUARDA  
DENTRO DESSA  
CAIXINHA?MINHA  
ÉTICA!ABRA, DEIXA  
EU VER!FICO CONSTANGIDO.  
A ÉTICA É ALGO QUE  
TRAGO EM MEU ÍNTIMO.  
NÃO GOSTO DE EXIBÍ-LA  
POR AÍ!AH, TÔ CURIOSO.  
DEIXA EU VER, VAI?  
DEIXA, DEIXA!...

TÁ BOM!

Ei, MAS ISSO  
AÍ SÃO PÉLOS  
PUBIANOS!EU DISSE QUE ERA  
ALGO QUE TRAZIA  
EM MEU ÍNTIMO!...DUKE  
www.dukechargista.com.br

FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Caminhada Cultural pela  
Liberdade Religiosa e pela Paz

Evento evidencia que a laicidade é vital para as religiões

**P**ara defender o exercício da liberdade religiosa; denunciar práticas criminosas movidas a intolerância religiosa – a maioria de conotações racistas –, e com a função pedagógica de difundir a tolerância religiosa: igualdade de respeito por quem professa ou não uma fé, em 13 de maio ocorrerá em Belo Horizonte a Caminhada Cultural pela Liberdade Religiosa e pela Paz, na praça Sete à praça Afonso Arinos, a partir das 14h. A data é significativa: dia da Abolição da Escravatura (1888) e Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo (1970).

Para o sacerdote de religião de matriz africana, professor Erisvaldo Pereira dos Santos, “comunidades e templos das religiões brasileiras de matriz africana vêm sofrendo práticas de intolerância e desrespeito advindas de diversos segmentos sociais. Quando não é um grupo de neopentecostais demonizando as divindades dessas religiões, é a polícia invadindo um terreiro – templo religioso – com argumentos de cárcere privado ou que seus líderes protegem bandidos. Até o poder público tem usado o seu aparato para demolir templos religiosos, sem direito a defesa, como aconteceu em Salvador em 2008”. Alguém pode duvidar que num país laico, que tem a liberdade de religião inscrita na Constituição como um direito fundamental, haja perseguição e terrorismo religioso. A materialização da teoria é outra.

A intolerância religiosa suplanta as liberdades de consciência, de crença e de culto, como consta na Constituição: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garanti-

da, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (inciso VI, art. 5º).

Há prefeituras que cobram impostos de templos não católicos, e até os demolem, quando o art. 150 da Constituição proíbe impostos para “templos de qualquer culto”.

Carece de explicação o presidente Lula ter ido ao Vaticano – não sabemos se é um país ou uma religião – assinar uma concordata mercantilista e de caráter duvidoso: “Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relati-

Carece de explicação o presidente Lula ter ido ao Vaticano – um país ou uma religião? – assinar uma concordata de caráter duvidoso

vo ao estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil”, 13.11.2008. A ética da responsabilidade é esteio do Estado laico, logo fica mal na foto o governo alardear que “O acordo foi objeto de muita consulta interna no Brasil”, pois não corresponde aos fatos.

A Caminhada evidencia que a laicidade é vital para as religiões e alerta que está em curso a luta pela igualdade de estatuto, sem privilégios, entre as religiões.

O Congresso Nacional não pode dizer amém à pompa de imperador que o “acordo” confere ao presidente, aceitando que o Vaticano desrespeite nossas

leis trabalhistas e que “o Brasil declara o seu empenho na destinação de espaços a fins religiosos, previstos nos instrumentos de planejamento urbano a serem estabelecidos no respectivo Plano Diretor” – que referenda antigo privilégio católico: há prefeituras que só aprovam loteamento se houver doação de área nobre para a igreja (católica)! Ai, meus saís!

Sem religião, sou fascinada pelas manifestações culturais das cerimônias do batismo em água corrente; das celebrações nos espaços sagrados do candomblé, do catimbó e do terecô; e das solenidades do catolicismo popular – inspiração do meu romance “Reencontros na Travessia: a tradição das carpideiras” – patrimônios culturais de rara beleza musical com suas benzedeiras, rezadeiras, tiradeiras de benditos e de ladainha em latim, e cantadeiras de “incelências” em louvor aos mortos.

DUKE

